The background of the cover is an impressionistic painting. It depicts a city street scene with a fountain in the foreground, a building with a doorway in the middle ground, and a sky filled with swirling, textured brushstrokes in shades of blue, yellow, and white. The overall style is reminiscent of J.M.W. Turner's work.

revista  
**CIDADES**

volume 12 | número 20 | 2015

**LEITURAS  
SOBRE  
A CIDADE**

## SUMÁRIO

<b>PALAVRAS DO EDITOR .....</b>	<b>01</b>
---------------------------------	-----------

*Silvana Maria Pintaudi*

### LEITURAS SOBRE A CIDADE

CAMINHOS DA PRODUÇÃO FINANCEIRIZADA DO ESPAÇO URBANO: A VERSÃO BRASILEIRA COMO CONTRAPONTO A UM MODELO .....	04
--	----

Directions of the financialized production of urban space: the Brazilian case as a counterpoint to a standard

*César Ricardo Simoni Santos e Daniel Sanfelici*

MERCADO IMOBILIÁRIO : LOCALIZAÇÃO E AMENIDADES URBANAS.....	35
---	----

Real estate market: location and urban amenities

*André Ximenes Melo e Sônia A. B. Ximenes Melo*

PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO : ESCALAS, CONFLITOS E INCERTEZAS....	74
---	----

Planning and management of the territory: scales, conflicts and uncertainties

*Adriana Gelpi e Rosa Maria Locatelli Calil*

ESPAÇOS PÚBLICOS E O DIREITO À CIDADE: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS A PARTIR DE ESTUDOS SOBRE O USO DE PARQUES URBANOS EM CONTEXTOS DE SEGREGAÇÃO ESPACIAL NAS CIDADES DE SÃO PAULO E SOROCABA.....	105
--	-----

Public spaces and one's right to the city: theoretical and conceptual contributions based on studies of the use of urban parks in the context of spatial segregation of the cities São Paulo and Sorocaba

*Rosalina Burgos*

CIRCULAR, SANEAR E EMBELEZAR, SIGNOS URBANOS DA CONSTRUÇÃO DA CIDADE BURGUESA: FRANCA-SP (1890-1930) .....	141
--	-----

Circle, clean up and embellish, urban signs of the construction of the bourgeois city: Franca-SP (1890-1930)

*Dirceu Piccinato Junior, Ivone Salgado e Luiz Augusto Maia Costa*

A CENTRALIDADE METROPOLITANA EM PEDAÇOS: REFLEXÕES SOBRE OS NOVOS CENTROS E SUAS CENTRALIDADES.....	176
---	-----

The metropolis centrality in pieces: reflections on the new centers and their centralities

*Oséias Teixeira da Silva*

AS NOVAS FRONTEIRAS DA GENTRIFICAÇÃO NA TEORIA URBANA CRÍTICA .....	207
---	-----

The new frontiers of gentrification in critical urban theory

*Luís Felipe Gonçalves Mendes*

DESENVOLVIMENTO URBANO E TERRITORIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A PARTIR DA  
IMPLANTAÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS INTEGRADAS AO SISTEMA ESPACIAL DO  
CAFÉ E FERROVIA..... 254  
The urban and territorial development of São Paulo State (Brazil) based from deployment of  
hydroelectric plants integrated into the space based system coffee and railways  
*Débora Marques de Almeida Nogueira e André Munhoz de Argollo Ferrão*

AS POSSIBILIDADES DE UM INSTRUMENTO: O ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA E  
SUA UTILIZAÇÃO EM BELO HORIZONTE..... 281  
The possibilities of an instrument: the neighborhood impact study and its use in Belo Horizonte  
*Leonardo Barci Castriota e Lídia Fortini Veloso*

## **RESENHA**

SEGREGAÇÃO ESPACIAL NA CIDADE CONTEMPORÂNEA: AGENTES, PROCESSOS E DI-  
MENSÕES..... 306  
*Cláudio Smalley Soares Pereira*

# **A CENTRALIDADE METROPOLITANA EM PEDAÇOS: REFLEXÕES SOBRE OS NOVOS CENTROS E SUAS CENTRALIDADES**

**Oséias Teixeira da Silva**

Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo – USP.  
oseias.silva.10@hotmail.com

## **RESUMO**

O presente texto busca ser uma contribuição para a pesquisa da centralidade metropolitana. O caminho de análise escolhido para isso foi o seguinte: em primeiro lugar realizamos algumas distinções teóricas importantes relacionadas a essa temática; em segundo lugar, com base nessa discussão, tratamos de um fenômeno recente dentro dessa temática que é o surgimento das chamadas “novas centralidades”. A primeira distinção tratada no texto é entre a centralidade da metrópole e a centralidade na metrópole. A centralidade da metrópole ocorre em escala regional, e a centralidade na metrópole na escala intra-urbana. A segunda distinção é entre o centro, realidade material originada a partir do processo de centralização, e a centralidade, capacidade de polarização de um centro a partir de sua configuração material. Com base nessas distinções buscamos em seguida tratar das características dos “novos centros” e da centralidade que os mesmos expressam confrontando essas características com os dos centros tradicionais.

THE METROPOLIS CENTRALITY IN PIECES: REFLECTIONS ON THE NEW CENTERS AND THEIR CENTRALITIES.

## **ABSTRACT:**

The present text aims to be a contribution for the research of metropolitan centrality. The way of analysis chosen for this was the following: at first we make some important theoretical distinction related to this thematic; secondly, based on this discussion, we deal with a recent phenomenon that is the rise of the so called “new centralities”. The first distinction treated in the text is between the centrality of metropolis and the centrality in metropolis. The centrality of metropolis occurs

in regional scale and the centrality in metropolis occurs in an intra-urban scale. The second distinction is between the center, material reality originated from the centralization process, and the centrality, the ability of polarization of a center from its material configuration. Based on these distinctions we seek to deal with the characteristics of “new centers” and centrality that the same express confronting these characteristics with the traditional centers.

**KEYWORDS:** center – metropolitan centrality – metropolitan region.

### INTRODUÇÃO.

As metrópoles e regiões metropolitanas de diversos países no mundo têm passado por inúmeras transformações nas últimas décadas. Um dos aspectos dessas transformações são as mudanças nas formas de produção dos centros e as maneiras como se configura a centralidade metropolitana. O centro principal, identificado na literatura em língua inglesa como CBD (*Central Business District*) tem uma grande importância na configuração das regiões metropolitanas, seja por ser muitas vezes o sítio inicial em que se dá a conformação da metrópole, seja pela grande concentração de atividades terciárias que o caracteriza e que leva a atração cotidiana de alto volume de pessoas.

Com a expansão metropolitana começam a se configurar subcentros, que seriam cópias em tamanho menor do CBD (VILAÇA, 1998). Estes subcentros teriam uma menor diversidade funcional e área de polarização também menor em relação ao CBD, atendendo a uma demanda local viabilizada pela grande expansão metropolitana, que torna mais difícil o deslocamento para o CBD em todas as situações e cria condições para o surgimento dos subcentros metropolitanos. Estes subcentros podem ser vistos como uma complementação do CBD, competindo com ele apenas nas atividades mais simples, já que muitas atividades de comércio ou serviços, em geral as mais especializadas, permanecem concentradas no CBD.

No entanto, a partir da década de 1970, começam a se notar grandes transformações na forma de produção dos centros dentro das regiões metropolitanas, quando começam a surgir novas modalidades de centros que não podem ser caracterizados como subcentros já que possuem muitas das atividades de comércio ou de serviços, que antes eram encontradas exclusivamente no CBD e passam a ser encontrados nestes centros, como a atividade de gestão empresarial e os serviços voltados às empresas. Tem se então a passagem de uma metrópole monocêntrica para uma metrópole policêntrica, processo que pode ser visto como um dos aspectos de um amplo processo de reestruturação espacial por que passam as metrópoles e regiões metropolitanas capitalistas e que tem gerado um amplo debate na literatura especializada.

Neste artigo, buscamos trazer alguns elementos que consideramos importantes para a compreensão das mudanças nas formas de produção da centralidade metropolitana. O presente texto se divide em três tópicos além dessa introdução e das considerações finais. No primeiro tópico analisamos a diferenciação entre a centralidade na metrópole e na região metropolitana e a centralidade da metrópole ou região metropolitana, ou seja, a diferenciação da centralidade enquanto uma capacidade de polarização na escala intra-urbana e como a capacidade de polarização na escala regional, ou da rede urbana. No segundo tópico discutimos a diferenciação entre centro e centralidade, e a partir dela buscamos responder a seguinte questão: há a possibilidade de a centralidade se manifeste sem um centro? No terceiro tópico buscamos analisar o que existe de realmente novo nas “novas centralidades” tentando identificar os elementos de continuidade ou de mudança nesses “artefatos urbanos” (MATTOS, 2010).

### **A CENTRALIDADE NA METRÓPOLE E A CENTRALIDADE DA METRÓPOLE.**

A centralidade metropolitana é um fenômeno bastante desafiador à análise urbana, e mesmo por isso existe uma grande tradição de estudo desse fenômeno na geografia e em outras ciências sociais. O que há de desafiador no estudo

da centralidade é a sua natureza, ou seja, a centralidade não é algo material facilmente descritível a partir de sua forma, mas uma capacidade de polarização ou de atração e como tal tem uma natureza imaterial, embora não possa se manifestar sem o apelo a materialidade do centro urbano. Para o entendimento das expressões de centralidade em áreas metropolitanas é necessário algumas distinções analíticas, de modo que fique claro a que nos referimos quando falamos em centralidade metropolitana.

Uma primeira distinção é entre aquilo que poderíamos chamar de centralidade da metrópole, ou da região metropolitana como um todo, e a centralidade na metrópole, ou em outras áreas da região metropolitana. Embora sem utilizar esses termos Vilaça (1998) aponta a distinção entre a centralidade da metrópole, que se configura numa escala regional, portanto da rede urbana, e a centralidade na metrópole, ou seja, que se configura na escala do espaço intraurbano. Quando falamos na centralidade da metrópole, consideramos toda a metrópole ou mesmo a região metropolitana como um único centro urbano, que desempenha um papel na rede urbana nacional ou mesmo mundial. Quando falamos na centralidade na metrópole, consideramos os diversos centros urbanos presentes dentro de uma metrópole ou região metropolitana e o papel que desempenha cada um desses centros.

Na escala regional cada cidade ou região metropolitana se configura como um único centro, que concentra atividades econômicas, comércio e serviços e que polariza uma área que pode ser maior ou menor conforme o tamanho e a importância desse centro urbano. Nesse caso a centralidade de um centro urbano se refere à abrangência de sua área de influência, ou o tamanho da área no qual as pessoas se deslocam para esse centro para consumir bens e produtos. Christaller (1966) foi um dos primeiros autores a analisar teoricamente a centralidade a nível regional, considerando as cidades como lugares centrais, que atuam no abastecimento da população do próprio centro e do seu entorno.

Em seu trabalho sobre os lugares centrais no Sudoeste da Alemanha, o autor identifica uma tipologia hierárquica de lugares centrais, em que temos centros de menor a maior centralidade. O que determina a centralidade de um lugar central é o seu alcance espacial máximo, ou seja, área dentro da qual as pessoas se deslocam para aquisição de bens e serviços nesse lugar central. Nos lugares centrais que expressam uma centralidade hierarquicamente inferior, a área de influência se limita ao próprio centro e áreas rurais do entorno, enquanto nos lugares que expressam uma centralidade hierarquicamente superior a área de influência tende a ter uma abrangência regional.

Nesta visão da centralidade pensada em escala regional a centralidade está relacionada com a abrangência da área de influência, que corresponde à área dentro da qual as pessoas se deslocam para aquisição de bens e serviços em um centro específico. No caso da metrópole, sua centralidade se deve ao fato de concentrar o comércio de certos bens e serviços de alta complexidade (CORRÊA, 1995). Nesse sentido pessoas tem que se deslocar de outros municípios, às vezes até mesmo outros estados, para adquirir na metrópole bens ou serviços que somente são encontrados nesses locais.

Assim a metrópole devido a grande densidade econômica e populacional, tem a capacidade de oferecer bens e serviços não apenas para a população dela ou da região metropolitana, mas para a toda a região na qual ela está inserida. Desse ponto de vista, portanto, a centralidade da metrópole está fundamentalmente ligada às atividades terciárias que nela se desenvolvem e a capacidade que estas atividades têm de atrair consumidores de áreas distantes da metrópole. Em outras palavras a centralidade é a capacidade de atração de consumidores externos a metrópole. Neste caso a centralidade da metrópole pode ter uma abrangência regional, extrarregional ou mesmo nacional. Como a centralidade da metrópole se refere à capacidade de atração de pessoas para consumo de bens e serviços ela depende da renda disponível pelos indivíduos e famílias e da capacidade que eles têm de se deslocar até a metrópole.

Em outra perspectiva a centralidade da metrópole está ligada ao papel de controle e gestão que a metrópole exerce, como em Moura (2010) que afirma que “a noção de centralidade, além de uma posição física relativa, é considerada como a expressão do exercício de um papel de comando na rede de cidades” (MOURA, 2010, p 129). Nesse sentido a centralidade da metrópole, está relacionada à capacidade de gestão e controle que esta metrópole exerce em relação às atividades dispersas por toda a rede urbana.

Portanto, nessa perspectiva a centralidade não se refere às atividades terciárias de provisão de bens e serviços às pessoas e famílias, mas a um tipo específico de atividades terciárias: as atividades de gestão e comando do capital. A metrópole aparece então como a “cabeça” da rede urbana, por ser o local onde são tomadas as decisões que afetam todas as cidades que compõem essa rede. Para exercer essa função há, como condição material, a existência de uma ampla infraestrutura urbana, de transportes e telecomunicações que normalmente somente a metrópole possui.

Nesse caso, portanto, a centralidade não se refere à capacidade de atração populacional, mas a capacidade de gestão das atividades econômicas dispersas pelo território. Assim a centralidade de uma metrópole pode ter uma abrangência regional, nacional ou mesmo mundial. É nesta perspectiva que Sassen (1998) se apoia para elaborar a ideia de cidade global. A cidade global é justamente uma metrópole cuja capacidade de comando extrapola o país na qual está inserido, sendo, portanto um centro global de comando de atividades econômicas dispersas pelo mundo.

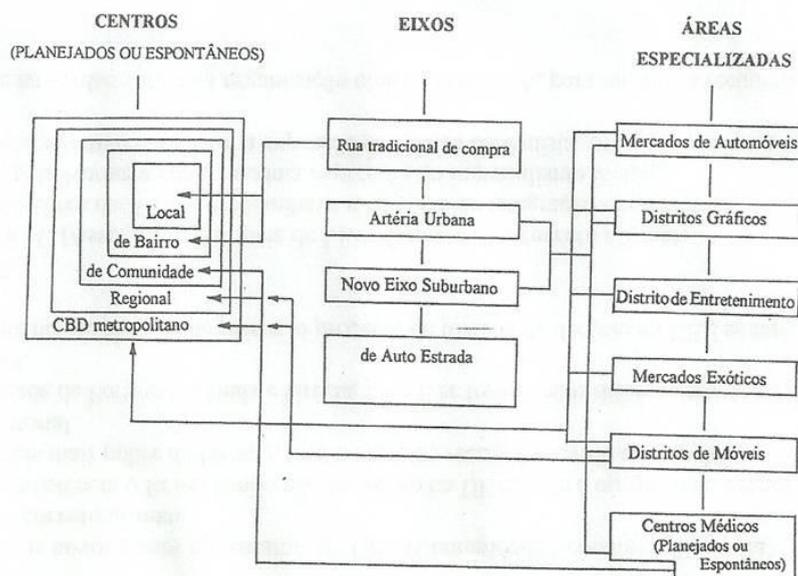
Essas duas perspectivas distintas tem em comum encarar a centralidade como um fenômeno em escala regional, em que cada metrópole aparece como um único centro urbano. Por outro lado, quando trabalhamos com a escala intraurbana, temos então a centralidade na metrópole. Nesse caso podemos ter diversos

centros urbanos, diferenciados entre si, tanto na metrópole quanto na região metropolitana, que tem como função primordial o abastecimento da população metropolitana dos bens e serviços. O centro nesse caso é uma área dentro da metrópole ou dos municípios que compõem a região metropolitana, que pode ter dimensão variável, mas que normalmente engloba pelo menos alguns quarteirões de um bairro.

Nesse caso, portanto, de forma similar a primeira variante da perspectiva regional, a centralidade de um centro está ligada a capacidade que possui para atrair pessoas para o consumo de bens e serviços nesse centro, sendo que essa capacidade, por sua vez se relaciona com a densidade e diversificação dos bens e serviços apresentados nesse centro. Tradicionalmente, o CBD é o centro principal de uma região metropolitana, pois é o que apresenta maior densidade e diversidade de bens e serviços, enquanto os subcentros, caracterizados como cópias em tamanho menor do CBD, apresentam menor densidade e diversificação nos bens e serviços oferecidos.

A abordagem sobre a temática da centralidade intraurbana, deriva diretamente da análise de Christaller sobre a centralidade em nível regional. Em relação às pesquisas desenvolvidas dentro dessa temática uma preocupação especial foi com a análise da hierarquia dos centros urbanos. A hierarquia se relaciona com a importância de cada centro dentro do contexto metropolitano. O trabalho de Berry (1968), por exemplo, oferece um modelo para a distribuição dos centros varrejistas no interior da região metropolitana. Esse modelo se caracteriza por distinguir áreas comerciais e de serviços que se estruturam em eixos ou em áreas e, ainda, locais de comércio e serviços diversificados ou especializados. A figura 1 apresenta o modelo de Berry, adaptado por Reis (2007).

Figura 1: Esquema da estrutura comercial nas cidades americanas



Fonte: Berry (1968), adaptado por Reis (2007).

Como se vê no esquema, o modelo de Berry apresenta três tipos de centros: centros que se estruturam em área, cuja hierarquia vai desde o CBD metropolitano (que polariza toda a região metropolitana) ao centro local; eixos de comércio, que incluem ruas tradicionais de compra, novo eixo suburbano e autoestradas; áreas comerciais especializadas que podem ser mercados de automóveis, distritos gráficos, de entretenimento etc. Outra preocupação dos estudos dessa temática é a delimitação da estrutura interna do CBD, ou dos subcentros. Murphy; Vance Jr (1958), por exemplo, desenvolvem uma metodologia para delimitação dos centros urbanos, a partir do valor da terra e das formas de uso da terra presentes nesses centros, a qual tem sido amplamente utilizada em estudos sobre a temática no Brasil, como em Ribeiro (2004).

Mesmo sem poder aprofundar a discussão de cada uma das perspectivas até aqui referidas, essa breve apresentação deixa claro as diferenças que existem

entre a centralidade da metrópole e a centralidade na metrópole. Assim embora se trate do mesmo termo, o conceito de centralidade na escala da rede urbana e do espaço intraurbano tem significados bem distintos. Assim precisamos ficar atentos para essa diferenciação escalar e conceitual que é fundamental para a compreensão do fenômeno da centralidade metropolitana. Em outras palavras as questões levantadas para a análise da centralidade da metrópole podem não ser relevantes para a análise da centralidade na metrópole. A seguir discutiremos a diferenciação entre centro e centralidade

### **DOS CENTROS E DA CENTRALIDADE: PODE HAVER CENTRALIDADE SEM CENTRO?**

Para a compreensão da centralidade metropolitana outra distinção analítica fundamental é a entre o centro e a centralidade. Apesar de profundamente relacionados, estes dois conceitos tem significados distintos, e a falta de distinção entre eles pode levar a equívocos. Nas palavras de Villaça “[...] nenhuma área é ou não é centro; como fruto de um processo – movimento – torna-se centro” (VILLAÇA, 1998, p. 238). Compreende-se, portanto, como centro uma determinada área, que há algum tempo sofre a ação de forças centrípetas - do processo de centralização. O centro não é algo dado, uma simples realidade material a priori, mas o fruto de um processo de produção, a partir da ação de agentes sociais que se acumularam num determinado lugar durante um período mais ou menos longo de tempo.

Um centro urbano, portanto, pode ser analisado a partir das várias perspectivas. Em primeiro lugar o centro é uma área delimitada, onde se concentram infraestruturas e atividades econômicas com tal intensidade que permitem diferenciá-lo de outras áreas da cidade. Em segundo lugar, o centro é uma área privilegiada por possuir grande acessibilidade a todos os demais espaços da cidade. Como áreas de máxima acessibilidade dentro do tecido urbano, nele encontram-

se reduzidas ao máximo os custos de deslocamento no interior da cidade. Em terceiro lugar o centro é uma área de gestão das atividades econômicas dispersas pelo território urbano e também uma área de realização da mais valia a partir do consumo.

O fato de que o centro é uma área delimitada, não significa que ele sempre tem limites bem claros em relação a outras áreas, mas que o centro como um todo é passível de identificação a partir de suas características internas. O centro, seja devido à concentração de atividades terciárias, seja pelo grande fluxo de pedestres e de automóveis, seja pelas características dos edifícios pode ser facilmente identificado na paisagem metropolitana. O centro, portanto, tanto pela sua forma quanto pelas suas funções se distingue já que essas formas e funções não são comumente encontradas em todas as outras áreas da região metropolitana.

A forma como o centro foi historicamente produzido no interior da cidade faz com que ele seja uma área de máxima acessibilidade dentro do tecido urbano metropolitano. A convergência das vias, o grande número de linhas de ônibus ou outros modais de transporte, o deslocamento cotidiano de pessoas para o centro, tudo faz com que este local possua grande facilidade de acesso a partir de diferentes áreas da cidade. A acessibilidade ao centro é tanto uma consequência da forma como foi produzido como um elemento que permite que ele mantenha e amplie a sua centralidade. Em centros planejados, muito comumente, a acessibilidade não é produzida pelo centro em seu desenvolvimento, mas é um pressuposto para sua localização.

O centro urbano, ou pelo menos alguns centros metropolitanos, também são caracterizados por serem os locais onde efetivamente ocorre a gestão das atividades dispersas pelo território. Este aspecto se manifesta concretamente a partir da presença de sedes das grandes empresas, mas também pode se dar pela

concentração de escritórios em que são realizadas as atividades rotineiras das firmas. Assim o centro é um local com grande concentração de escritórios em que ocorrem inúmeras interações entre as empresas, mesmo aquelas que necessariamente não tem relação entre si. Este tipo de relação de proximidade é considerado fundamental para o funcionamento das empresas em um mercado cada vez mais competitivo (SCOTT; et all, 2001).

Sobre a natureza do centro, temos em Lefebvre (1999, p 44) uma importante contribuição, ao afirmar que:

O centro urbano é preenchido até a saturação; ele apodrece ou explode. Às vezes invertendo seu sentido, ele organiza em torno de si o vazio, a raridade. Com mais freqüência, ele supõe e propõe a concentração de tudo o que existe no mundo, na natureza, no cosmos: frutos da terra; produtos da indústria; obras humanas, objetos e instrumentos, obras e situações, signos e símbolos. Em que ponto? Qualquer ponto pode tornar-se o foco, a convergência. De sorte que todo o espaço urbano carrega em si esse possível-impossível, sua própria negação. De sorte que todo espaço urbano foi, é será, concentrado e poli(multi)cêntrico.

O centro é, portanto uma forma espacial resultante de um processo de centralização que possibilita a concentração de tudo que existe, mas dialeticamente, aponta para a sua saturação, seu apodrecimento ou explosão, com o esfacelamento da sua centralidade. Mas há outra questão crucial a se ressaltar desse trecho, o fato de que, a princípio, qualquer ponto no interior do espaço urbano pode tornar-se o foco, o local de convergência dos fluxos e de concentração dos fixos. E se qualquer local pode se tornar um centro, é preciso entender porque todos os locais não são centros.

Isto se explica pelo fato de que existem motivos bastante específicos que explicam o fato de que o processo de centralização ocorra num local específico. Corrêa (1995) aponta um exemplo particular do processo de centralização, a partir

da instalação de um porto, que leva a construção de ferrovias próximas ao porto e então de unidades industriais de reparo das ferrovias. Com o tempo outras atividades industriais vão se instalando e também atividades comerciais se aproveitando da acessibilidade da área devido à existência de ferrovias. Assim vai se configurando um centro que concentra atividades terciárias, enquanto no entorno se estabelecem atividades industriais, que tendem a se dispersar a medida que aumentam os custos de produção nessa área.

A partir desse exemplo particular podemos afirmar que de forma geral o processo de centralização se dá a partir de um elemento indutor, que gera e estimula esse processo em seu início, sendo que a certo ponto, ele passa a ter uma dinâmica própria independente do seu elemento indutor. Um centro que se forma a partir de atividades portuárias, pode a partir de certo momento em seu processo de centralização se tornar independente do porto a ponto de que mesmo que este entre em declínio, isto não afetaria o centro.

O centro como forma espacial caracterizada pela concentração de fixos possui uma relação direta com o recebimento dos fluxos – que caracteriza a centralidade, como apontado por Sposito (1991, p 6).

No interior da cidade, o centro da cidade não está necessariamente no centro geográfico, e nem sempre ocupa o sítio histórico onde esta cidade se originou, ele é antes um ponto de convergência/divergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades e, em contrapartida, é o ponto de onde todos se deslocam para a interação destas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela. Assim, o centro pode ser qualificado como integrador e dispersor ao mesmo tempo.

Como ponto de integração/dispersão de atividades e pessoas, o centro é um elemento crucial na divisão territorial do trabalho, como área de realização da

produção capitalista a partir do consumo e como centro de gestão das atividades dispersas pelo território. Como principal nó do sistema de circulação, tem um papel essencial no transporte de mercadorias e pessoas. Assim o centro tem grande importância tanto no deslocamento de mercadorias quanto de pessoas dentro da região metropolitana.

O centro, portanto, é uma realidade material enquanto a centralidade é compreendida como algo que se expressa a partir de um centro, como a sua capacidade de concentrar e atrair atividades e pessoas e, portanto, polarizar uma determinada área, organizando os fluxos que a percorrem. Com isso, quanto mais intensa a centralidade de um centro, mais forte a sua capacidade de polarização, logo, maior a quantidade de atividades ou pessoas que o mesmo é capaz de atrair. A centralidade também está ligada a quantidade de fluxos que perpassam o centro. Assim, quanto mais intensa a quantidade de fluxos que convergem para o centro e de lá divergem para outras áreas, maior o grau de centralidade desse centro.

A centralidade é ainda uma das principais características definidoras do urbano. Nas palavras de Lefebvre (1999, p 108):

Descobrimos o essencial do fenômeno urbano na centralidade. Mas na centralidade considerada como o movimento dialético que a constitui e a destrói, que a cria ou a estilhaça. Não importa qual ponto possa se tornar central, esse é o sentido do espaço-tempo urbano. A centralidade não é indiferente ao que reúne, ao contrário, pois ela exige um conteúdo. E, no entanto, não importa qual seja o conteúdo.

A capacidade de reunir, de juntar, de concentrar, é uma característica da cidade: a capacidade de concentrar primeiramente uma realidade material: infraestruturas, ruas, prédios públicos e privados, dinheiro, etc. E também trabalhadores, consumidores, frequentadores, sentimentos e valores simbólicos. O centro

como um ponto que concentra (concentrar = direcionar ao centro) coisas e pessoas a partir da sua centralidade, é um elemento central da realidade urbana.

A centralidade seria justamente a capacidade de polarização, de integração/dispersão, manifestado por um centro a partir de sua configuração física. A centralidade não seria dessa maneira uma realidade material, como o centro, mas sim algo imaterial, uma capacidade de polarização, uma potência que se expressa a partir do centro. Mas qual a relação entre a configuração material do centro e a expressão de sua centralidade? Segundo Ribeiro (2006, p 64):

O estudo da relação entre a base física e a centralidade urbana, necessita da abordagem dos fixos e dos fluxos que se integram no espaço urbano. Partimos da concepção de que a centralidade que se expressa no e pelo espaço urbano tem variações e conexões de espaço-tempo seguindo, portanto, a orientação dos fluxos de pessoas, ideias, mercadorias, capitais etc. No entanto, devemos considerar que, para se expressar determinada centralidade, é necessário que haja uma territorialidade significativa de equipamentos urbanos que possibilitem as movimentações anteriormente mencionadas – relação entre leveza e peso.

Dessa forma, podemos afirmar que existe uma relação dialética entre um centro e a centralidade expressada a partir dele. De forma geral, quanto maior o acúmulo de fixos no centro, maior a capacidade que ele terá para organizar os fluxos que a partir dele convergem/divergem e igualmente conseguirá organizar esses fluxos em uma maior área. Por outro lado, quanto mais intenso os fluxos que convergem/divergem a partir de um centro, maior o estímulo para investimentos nesse centro, o que por sua vez, reforça a sua centralidade.

Assim, não podemos ver a relação entre o centro e a centralidade como oposição, mas sim como uma relação dialética, uma centralidade dialética (LEFEBVRE, 2009). Da mesma maneira que a intensidade da centralidade pode variar de um centro para o outro, também pode variar ao longo do tempo. O que importa é

afirmar que não pode existir centralidade no vácuo, sem um centro. Somente a partir de um centro, de uma aglomeração de fixos, podemos ter a manifestação da centralidade.

Dessa maneira, a centralidade, como potência e capacidade de polarização de uma área não pode ser dar no vácuo, mas precisa de uma base material para se manifestar e esta base é justamente o centro. Nada impede, no entanto que haja ao longo do tempo mudanças na forma como são produzidos os centros e na maneira como a centralidade se expressa a partir deles. Ou seja, embora tradicionalmente os centros tenham sido pensados a partir dos exemplos do CBD ou dos subcentros, nada impede que tenhamos novas modalidades de centros, mas de forma alguma podemos ter uma centralidade “deslocalizada”, sem centro, como coloca Tourinho (2006).

Os centros podem variar quanto a sua morfologia: podemos ter centros em eixo, ao longo de grandes vias de transporte, ou centros distribuídos em áreas, como aparece na tipologia de Berry (1968). Os centros também podem variar em relação à forma de sua produção: podemos ter centros “não-planejados”, produzidos pelas ações de inúmeros agentes ao longo de um período longo de tempo ou podemos ter centros planejados, produzido pela ação de um único agente, ao longo de período de tempo mais curto. Sejam quais forem às características de um centro, a existência deste é uma condição fundamental para que a centralidade se manifeste.

Em relação à centralidade existem também formas distintas nas quais elas podem se manifestar. Tradicionalmente a centralidade na região metropolitana se organiza através da oposição entre a centralidade do CBD, centro principal, que concentra o maior volume e as principais atividades terciárias, em especial as ligadas à gestão de empresas e um grande número de subcentros, caracterizados tanto por concentrar menor volume de atividades terciárias, quanto por não apresentar as atividades de maior importância, em geral se concentrando no comércio

e nos serviços pessoais. Mais recentemente inúmeras mudanças passam a ser notadas na forma de arranjo da centralidade metropolitana, como surgimento de centros especializados e o relativo declínio da importância do CBD. O objetivo do próximo tópico é analisar essas mudanças.

### **O QUE HÁ DE NOVO NAS “NOVAS CENTRALIDADES”?**

A partir da década de 1970, começam a serem notadas grandes mudanças na forma como se organiza a centralidade metropolitana. Surgem então as chamadas “novas centralidades” que se colocam como novas justamente em contraposição ao esquema tradicional de produção da centralidade metropolitana, em que temos um centro principal, o CBD, com uma maior área de abrangência e diversificação funcional, e um conjunto de subcentros com menor área de abrangência e menor diversificação funcional. As “novas centralidades” rompem esse esquema de diversas maneiras como será mostrado a seguir. Com esse objetivo seria interessante contrapor as características gerais da produção da centralidade metropolitana antes de 1970, e a partir de então, quando se configura um processo de reestruturação metropolitana que tem como um de seus aspectos as mudanças na centralidade metropolitana. Partimos então da compreensão da dinâmica do processo de descentralização, que é justamente o processo no qual a centralidade se difunde espacialmente devido ao surgimento de novos centros.

Reis (2007) faz uma periodização da forma como a descentralização foi pensada pela Geografia Urbana e destaca dois períodos: o primeiro, entre 1920-1970, em que prevalece a ideia de descentralização, pois apesar da formação de outros centros, o CBD permanece como o centro mais importante dentro da estrutura urbana; o segundo, de 1970 até o presente em que prevalece a ideia de desdobramento do núcleo central, que seria uma nova forma de organização da centralidade em que o CBD se torna mais um centro entre vários outros, sendo

que ele pode nem ser o mais importante, dependendo do tipo de atividade terciária considerada. Esta periodização não deve ser compreendida como um corte temporal absoluto, que separa dois períodos totalmente distintos, em que há a passagem de um para outro de forma brusca e sem transições. Como qualquer periodização, trata-se de um esforço intelectual no sentido de estabelecer marcos de referência, a partir dos quais uma determinada mudança é clarificada, mesmo levando-se em conta as rupturas e descontinuidades do processo de produção intelectual.

Em relação a esse primeiro período, há um esforço em classificar os diferentes tipos de centros que surgem e mostrar a relação entre eles. Proudfoot (1958) foi um dos primeiros a estabelecer uma classificação dos diferentes centros, conforme segue: 1) distrito central de negócios: é o principal centro de qualquer cidade, e aquele que concentra a maior quantidade e diversidade de atividades econômicas; 2) centro periférico de negócios: trata-se de uma cópia em miniatura do CBD, ou seja, um centro com uma menor diversidade e quantidade de atividades que o CBD 3) eixos principais de negócio: são ruas que ao mesmo tempo concentram atividades econômicas e são vias de tráfego intenso 4) ruas de comércio de bairro, são ruas comerciais que atraem preferencialmente consumidores do bairro que se movimentam a pé 5) grupo de lojas isoladas, conjunto de lojas de varejo de menor magnitude, normalmente relacionadas ao consumo constante dentro de um bairro.

O trabalho de Berry (1968) a partir das contribuições da teoria dos lugares centrais, originalmente desenvolvida por Christaller (1966), oferece outro modelo para a distribuição dos centros varejistas no interior da cidade. Esse modelo se caracteriza por distinguir áreas comerciais e de serviços que se estruturam em eixos ou em áreas e, ainda, locais de comércio e serviços diversificados ou especializados, como discutido anteriormente.

Um exemplo de estudos sobre a descentralização no Brasil é o de Duarte (1974). A autora a partir de um estudo empírico classifica os subcentros da cidade do Rio de Janeiro, levando em conta a complexidade funcional e a intensidade dos fluxos, em: centros funcionais de primeira categoria (Copacabana, Tijuca, Ipanema, Méier, Catete, Madureira); centros funcionais de segunda categoria (Penha, Campo Grande, Cascadura, Ramos, Leblon, Bonsucesso); centros funcionais de terceira categoria (Pilares e Bangu). Os centros funcionais de primeira categoria, são centros bem equipados e diversificados, que concentram mais de 12 funções, os centros funcionais de segunda categoria apresentam entre 8 e 12 funções, e os centros funcionais de terceira categoria apresentam de 4 a 7 funções.

A partir de 1970, inicia-se um processo de ruptura com essa forma de pensar o fenômeno de descentralização (REIS, 2007), que se relaciona certamente com uma ruptura na forma de configuração da centralidade na metrópole. Várias pesquisas começam a questionar a ideia da existência de uma hierarquia de centros na organização interna da cidade, sempre com o CBD figurando como o centro mais importante seja pelo fato de possuir maior diversidade funcional e volume de negócios, seja por polarizar uma área mais extensa que os outros centros. Essas pesquisas começam a mostrar o surgimento e a consolidação de novos centros, que não podem ser classificados como subcentros, pois acumulam muitas das atividades e funções que antes pertenciam exclusivamente ao CBD.

Se no primeiro momento, os novos centros criados, embora competindo com o CBD não chegassem a desafiar a sua posição, agora os centros que começam a surgir podem aparentemente até subordinar o centro principal. Configura-se, então, uma estrutura com o centro principal, e um ou mais centros secundários, que podem ou não ter uma posição hierárquica superior ao CBD. Esses centros, portanto, são secundários em relação a sua gênese apenas e não necessariamente quanto a sua importância funcional. Temos então a passagem de uma metrópole monocêntrica para uma metrópole policêntrica (CLARCK, 2003). Na metrópole

monocêntrica temos um centro principal e vários centros a ele subordinados, na metrópole policêntrica temos um conjunto de centros diferenciados sem que necessariamente haja uma hierarquia definida entre eles.

Esse processo foi denominado por Reis (2007) de desdobramento, baseando-se em trabalho anterior de Cordeiro (1979). O processo de desdobramento seria um tipo específico de descentralização, que leva a configuração da policentralidade. Em seu estudo sobre o processo de descentralização e desdobramento na Praia do Canto e em Campo Grande em Vitória, o autor busca diferenciar os dois processos nas duas áreas estudadas. Campo Grande seria tipicamente um subcentro comercial formado a partir da descentralização do núcleo central de negócios. Já a Praia do Canto se constituiria como um desdobramento do núcleo central de negócios, passando a concentrar uma série de atividades antes exclusivamente encontradas no CBD, entre elas, a gestão pública e privada e o terciário especializado.

Dentre as características das áreas em que ocorre o processo de desdobramento, estariam segundo Sposito (1991): não são áreas contínuas ao centro principal ou aos subcentros; caracterizam-se pela localização de atividades tipicamente centrais, mas de forma especializada; o seu nível de especialização é em alguns casos funcional, e em outros, sócio-econômico. Sobre a mudança da estrutura monocêntrica para a policêntrica, Whitacker (2003, p 222) afirma:

Não é mais o centro (uma forma urbana relacionada à concentração de atividades, dotada de relativa complexidade dentro da estrutura urbana e associada com a concentricidade de deslocamentos e fluxos), mas uma estrutura policêntrica e organizada em função dos eixos de circulação. Portanto, essas novas formas urbanas não se constituem primordialmente em função da confluência de eixos (concentricidade), e sim em função dos fluxos possíveis ou existentes nos eixos.

Embora discordemos do autor quanto à suposta redução de importância dos centros, acreditamos que realmente hoje eles se organizam muito mais em função dos eixos de transporte de pessoas e mercadorias do que pela simples concentração de atividades. Dessa forma ressalta-se o papel dos meios de transporte e da acessibilidade urbana que os centros permitem. Um bom exemplo de estudos sobre desdobramento é o trabalho de Fujui; Hartshorn (1995)<sup>1</sup>. Através de uma pesquisa baseada nos níveis de emprego na área metropolitana de Atlanta, os autores identificaram quatro centros: o CBD; Perimeter GA-400; Cumberland I-75; Buchhead Lenox. O estudo mostrou que o número de empregos vem crescendo, desde os anos 80, muito mais intensamente nos três núcleos secundários do que no CBD, embora este último ainda tenha o maior número de empregados. No entanto quando se considera apenas o emprego no varejo, o CBD aparece em último lugar, dentre os quatro centros citados.

Coffey; Shearmur (2002) apresentam uma interessante descrição do processo de descentralização nos EUA. Segundo os autores, primeiro há uma descentralização das pessoas, logo após a II Guerra, com a fuga da classe média e alta em direção aos subúrbios, em busca de uma melhor qualidade de vida, nesse momento embora morassem nos subúrbios, o CBD se mantinha como o principal local de trabalho, o que levava a necessidade de deslocamentos cotidianos de casa para o trabalho. Nos anos 60, os serviços pessoais acompanham a dispersão do público de alta renda, inclusive com a proliferação dos *shoppings centers*. Outras atividades econômicas também se dispersam nesse período, como a atividade manufatureira. Nos anos 70, certas atividades de escritório começam a se descentralizar.

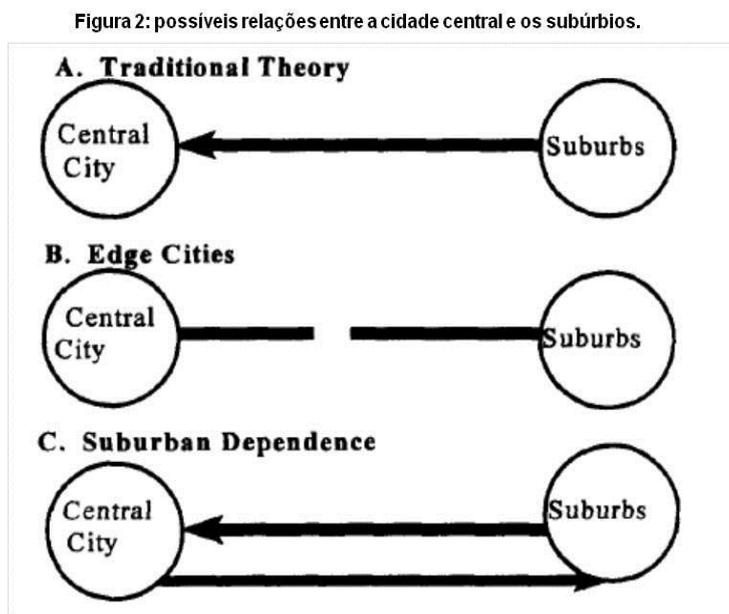
---

<sup>1</sup> A literatura de língua inglesa sobre o tema normalmente trabalha com a ideia de centro de emprego (employment center), que são locais de concentração de empregos. Apesar dos centros urbanos serem realmente locais de concentração de emprego, consideramos essa definição insuficiente por não permitir uma diferenciação entre tipos de centro (uma área industrial com produção voltada para o exterior poderia ser considerado um centro a partir dessa definição) e também por não levar em conta que o volume de empregos de um centro não está necessariamente relacionado com a sua centralidade. Sobre os centros de emprego, ver Fujui; Hartshorn (1995) e Giuliano; Small, (1991).

As atividades que se descentralizam nesse momento são aquelas identificadas como *back office*, ou seja atividades rotineiras e padronizadas que dão suporte as atividades principais das empresas. Mais recentemente, nos anos 80 e 90 muitos autores têm identificado uma nova onda de descentralização que envolve atividades de serviços altamente especializados e escritórios empresarias “*front office*” ou seja, atividades de gestão direta das empresas. Portanto temos nesse momento uma nova etapa do processo de descentralização, que aponta para o desdobramento, em que outros centros passam a assumir atividades antes tipicamente características do CBD.

No bojo dessas transformações, constitui-se um intenso debate sobre o processo de descentralização metropolitano nos EUA, e também na Europa. Um dos temas desse debate envolve a relação entre a cidade central e os subúrbios na atualidade. Bingham;

Kalich (1996) buscam sintetizar os termos desse debate na figura 2:



Fonte: Bingham; Kalick (1996)

Em A está indicada a perspectiva tradicional de abordagem da relação entre subúrbios e cidade central. Nesse caso os subúrbios são exclusivamente residenciais e os seus moradores se deslocam cotidianamente para trabalhar na cidade central e também para adquirir os bens e serviços necessários. Nesse caso os subúrbios são dependentes da cidade central, pois só existem em função de sua relação com ela, pois dela depende a renda dos moradores do subúrbio e o abastecimento das famílias com bens e serviços necessários.

Com as mudanças a partir dos anos 80 e 90 alguns autores, em especial Gareau (1991) a partir do conceito de *edge city*, vislumbram uma nova forma de relação entre a periferia e a cidade central, no qual se localiza o CBD. *Edge cities* poderiam ser definidas como cidades da borda, estando localizada nesse caso, nos limites dos subúrbios. As *edge cities* seriam centros, planejados ou não, que se formam nos subúrbios das regiões metropolitanas e se caracterizam pela articulação entre áreas residenciais de alto status, áreas comerciais – em especial grandes shoppings regionais – de serviços especializados e de gestão empresarial. Nessa hipótese há uma quebra da hierarquia e da relação entre o CBD e as *edge cities* que se formam nos subúrbios, sendo estes últimos centros praticamente independentes em relação às cidades centrais.

Na terceira perspectiva, defendida pelos autores, existiria uma mútua relação entre a cidade central e os subúrbios. Nesta hipótese, haveria múltiplas relações entre os centros que compõem a estrutura metropolitana, relações não necessariamente hierárquicas, de complementação e competição. Portanto teríamos uma estrutura policêntrica complexa, em que os fluxos podem se dar em qualquer direção, seja entre o CBD e os subúrbios ou entre diferentes centros suburbanos. Nesse caso, por exemplo, os deslocamentos casa-trabalho podem acontecer com tanta intensidade entre CBD e subúrbios quanto entre dois centros suburbanos. Levando-se em conta as especificidades da formação social brasileira, esta

perspectiva parece ser a mais interessante para a compreensão da realidade metropolitana brasileira.

A partir dos aspectos dos novos centros e das “novas centralidades” até aqui discutidos, podemos retornar a questão que dá nome a esse tópico: afinal o que há de novo nas novas centralidades? Quais os elementos de permanência e de ruptura que temos na forma de configuração da centralidade metropolitana? Um primeiro ponto a se ressaltar em relação a essa questão é que é preciso reafirmar que não existe centralidade sem centro. A centralidade como uma capacidade, uma força de polarização não pode se manifestar no vazio. Toda força tem origem em algo material, e no caso da centralidade a origem dessa força é o centro.

Assim rejeitamos algumas perspectivas de análise que tratam as “novas centralidades” de forma praticamente independente dos centros que permitem a sua manifestação, chegando aos extremos de se pensar em uma centralidade “deslocalizada” como coloca Tourinho (2006). Uma centralidade “deslocalizada” é um verdadeiro absurdo teórico já que coloca como possível a centralidade se manifestar sem referência a nenhum local específico, como se a centralidade fosse algo como o éter, pairando sobre o espaço metropolitano sem nenhuma explicação aparente. O fato de a centralidade ser imaterial, não significa que ela possa manifestar no vazio ou que sua origem ou alcance não tenha explicação. Portanto, centro e centralidade precisam sempre ser analisados em conjunto, pois embora representem realidades distintas, não são passíveis de serem compreendidos separadamente.

E se o centro e a centralidade não podem ser compreendidos separadamente, é preciso reafirmar também a natureza social do centro e da centralidade (VILAÇA, 1998). Para o centro tal afirmativa é mais fácil de ser compreendida, já que ele é uma realidade material, e como tal fruto do processo de produção do espaço, processo este que é social (GOTTDIENER, 1993). Em relação à centralidade isto talvez não pareça evidente, já que possui uma realidade natural o que leva a que em muitos estudos a centralidade apareça como uma propriedade do espaço,

que surge “naturalmente” nele. No entanto se consideramos o centro como um espaço socialmente produzido, a centralidade que dele deriva também deve ser considerado como socialmente produzida, mesmo não se tratando de uma realidade material.

Em relação aos “novos centros”, um aspecto realmente novo é o fato de que eles podem em alguns casos serem planejados e produzidos por uma única empresa ou um grupo de empresas em período de tempo relativamente curto. Tanto o CBD, como os subcentros tradicionais são centros não planejados, o que não significa que eles são frutos de decisões aleatórias, mas que não existe um planejamento centralizado para a produção desses centros como um todo. Quando um empresário se instala em um subcentro, ele acaba contribuindo para reforçar a centralidade desse centro, embora a sua intenção não esteja ligada a configuração do centro como um todo, mas a interesses específicos relacionados à sua atividade econômica.

Os novos centros, por outro lado, podem ser planejados e produzidos de forma centralizada por uma única empresa, ou um grupo de empresas. Este é o caso dos shoppings centers ou dos complexos multi-uso (que congregam unidades residenciais, atividades de serviços e de comércio). Estes empreendimentos são fundamentalmente negócios imobiliários, que exigem grande volume de capital em investimento e grandes áreas para estabelecimento dos empreendimentos. Além disso, eles são produzidos em um período de tempo muito mais curto que um centro tradicional, sendo que, eles são normalmente pensados para deslocamento por automóveis, enquanto os centros tradicionais são geralmente acessíveis pelo sistema de transporte coletivo e percorridos a pé. O quadro 1 apresenta as principais diferenças entre os centros tradicionais e os novos centros

Quadro 1: Diferenças entre os centros tradicionais e os novos centros:		
Tipo de centro	Centros tradicionais: CBD e subcentros	Novos centros: (shopping centers, complexos multi-uso, etc.)
Forma de produção	Produzido pela ação convergente de inúmeros agentes que tem interesses específicos, não diretamente relacionados com a produção do centro.	Produzido por um único agente que está diretamente interessado na produção do centro como um todo e no tipo específico de centralidade que o mesmo irá apresentar.
Tempo de produção	Tempo de produção relativamente longo, que pode variar entre algumas décadas ou até mesmo centenas de anos.	Tempo de produção relativamente curto que se limita ao tempo de construção da obra.
Agentes envolvidos	Múltiplos agentes com interesses diferenciados e muitas vezes conflitantes.	Um único agente ou grupo de agentes detém o controle de todo o processo de produção do centro.
Centralidade	A centralidade se organiza de forma hierarquizada e sua abrangência varia de regional, no caso do CBD, a local no caso dos subcentros. Monocentralidade.	Centralidade diferenciada tanto em termos funcionais, (pode haver especialização em uma atividade específica) quanto socialmente (pode haver especialização em grupo de renda específico). Policentralidade.
Capital de origem	Fruto da atuação de inúmeros capitais, que de forma geral, estão interessados diretamente em suas próprias atividades e indiretamente na organização do centro.	Fruto do capital de uma única empresa ou grupo de empresas, produzido como empreendimento privado. O interesse está, portanto na produção do próprio centro e na centralidade que o mesmo irá manifestar.
Fonte: elaborado por Silva, Oséias (2016).		

O quadro ressalta de forma esquemática a diferença entre os centros tradicionais e os “novos centros”. Os centros tradicionais são produzidos ao longo de um grande período de tempo, por uma diversidade de agentes que normal-

mente não estão diretamente interessados na produção do centro e tem uma centralidade organizada de forma hierárquica com diferentes níveis de abrangência espacial. Os “novos centros” são produzidos em um período de tempo relativamente curto, normalmente por uma única empresa ou por uma associação de empresas e tem uma centralidade que é planejada para se configurar de acordo com os interesses dos empreendedores.

Essas diferenças apontam para mudanças nas formas de produção dos centros e da centralidade metropolitana. Mas existem também elementos de continuidade, tanto é assim que optamos por falar em “novos centros” e não somente em “novas centralidades” justamente para ressaltar novamente que não é possível pensar a centralidade sem o centro. Tais mudanças apontam para o fato de que a centralidade metropolitana caiu definitivamente na esfera de reprodução do capital e tem sido cada vez mais produzida como uma mercadoria, juntamente como os centros necessários para a sua manifestação (SILVA, 2010).

Agora, portanto, não se trata mais da reprodução do capital no centro, mas da reprodução do capital a partir da produção do centro e da centralidade a ele correspondente. Isto é sem dúvida a grande novidade quando pensamos na centralidade metropolitana e merece ser aprofundada em trabalhos posteriores. Neste trabalho, no entanto, buscamos realizar algumas distinções teóricas que consideramos importantes para a compreensão dessa temática e acreditamos, portanto, ter trazido alguma contribuição para a compreensão de um fenômeno tão caro a geografia como a centralidade metropolitana.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

Neste trabalho tivemos como principal objetivo ajudar a discutir algumas questões relativas à temática da centralidade metropolitana. Trata-se de questões de fundo que ao não serem abordadas podem nos levar a grandes equívocos teóricos e a uma profunda ambiguidade, ou seja, utilizar o mesmo conceito para realidades distintas sem ter pleno esclarecimento sobre o significado dos conceitos

utilizados. Assim as diferenciações tratadas ao longo do texto são fundamentais como ponto de partida para a análise da centralidade metropolitana.

A primeira delas é a diferenciação entre a centralidade da metrópole e a centralidade na metrópole. Na primeira perspectiva trata-se da centralidade em escala regional, em que a metrópole, ou mesmo toda a região metropolitana aparece como um único centro, exercendo um papel diferenciado na rede urbana nacional ou mesmo mundial. Na segunda trata-se da centralidade na escala do espaço intraurbano, em que temos um conjunto de centros dentro da região metropolitana, também com papéis diferenciados entre si. Esta é uma diferenciação importante uma vez que nos dois casos embora o nome do conceito seja o mesmo, o significado de cada um deles é bem distinto, uma vez que se trata de escalas diferentes.

A segunda diferenciação é entre o conceito de centro, uma realidade material historicamente produzida, e a centralidade a capacidade de polarização que um centro apresenta a partir de sua configuração material. Esta é uma diferenciação importante porque a partir dela podemos afirmar que não pode existir centralidade sem um centro, de modo que é um absurdo pensarmos em uma centralidade “deslocalizada”, já que a mesma depende da produção de um local específico que é o centro. Portanto centro e centralidade têm de ser sempre analisados conjuntamente.

Por fim no terceiro tópico tratamos daquilo que é comumente chamado de “novas centralidades”, no entanto, para evitar o equívoco de considerar a centralidade separada da realidade material que permite sua existência, tratamos nesse texto das características dos “novos centros” e também das características da centralidade que os mesmos expressam. Buscamos opor as características dos centros tradicionais e dos novos centros, apenas para ressaltar as diferenças que temos nas formas de produção dos centros e de expressão da centralidade. A partir dessas distinções podemos ter uma compreensão mais apurada do fenômeno

da centralidade metropolitana, uma importante e tradicional temática dentro da geografia urbana.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERRY, Brian Joe Loble. General features of urban commercial structure. In: *Internal Structure of the city: readings on space and environment*. BOURNE, Larry S. (org). London: University of Chicago Press, 1971.

BINGHAN, Richard. D.; KALICH, Verônica Z. The tie that binds: downtown, suburbs and the dependence hypothesis. *Journal of Urban Affairs*, Austin, v. 18, n. 2, 1996.

CHRISTALLER, Walter. *Central places in southern germany*. New Jersey: Prentice Hall, 1966.

CLARCK, William A.V. Monocentric to policentric: new urban forms and old paradigms. In: BRIDGE, Gary; WATSON, Sophie, (org). *A companion to the city*. London: Blacwell Publishers, 2003.

COFFEY, William J.; SHEARMUR, Richard G. Agglomeration and dispersion of high-order service employment in the Montreal Metropolitan Region, 1981-96. *Urban Studies*, Glasckow, vol 39, n 3, pp 359-378, 2002.

CORDEIRO, Helena Kohn. *O centro da metrópole paulistana: expansão recente*. 1979. São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia Humana): USP, 1979.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Editora Ática, 94 pp, 1995.

DUARTE, Haidine Silva Barros. A cidade do Rio de Janeiro: descentralização das atividades terciárias. Os centros funcionais. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 36 (1): 53-98, jan-mar. 1974.

FUJUI, T.; HARTSHORN, Truman. A. The Changing metropolitan structure of Atlanta, Georgia: locations of functions and regional structure in a multinucleated urban area. *Urban Geography*, London, 16, 8, pp 680-707, 1995.

GARREAU, Joel. *Edge city: life on new frontier*. New York: Anchor Books, 1991.

- GIULIANO, Genevive; SMALL, Keneth A. Subcenters in the Los Angeles Region. *Regional Science and Urban Economics*, vol. 21, p 163-182, 1991.
- GOTTDIENER, Marck. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.
- LEFEBVRE, Henry. *A produção do espaço*. Tradução realizada pelo núcleo de Geografia urbana da UFMG, inédito, 2009.
- LEFEBVRE, Henry. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- MATTOS, Carlos André de. Globalización y metamorfosis metropolitana en América Latina, de la ciudad a lo urbano generalizado. *Revista de Geografía Norte Grande*, n. 47, p 81-104, 2010.
- MOURA, Rosa; et all. O Metropolitano no urbano brasileiro: identificação e fronteiras. In: RIBEIRO, Luis César Queiroz.; JUNIOR, Orlando Alves dos Santos. *As metrópoles e a questão social brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.
- MURPHY, Raymond E.; VANCE JR, Edward. Delimiting the CBD. In: *Readings in Urban Geography*. MAYER, H. M. e KOHN, C.F (org). Chicago: The University of Chicago Press, 1958.
- PROUDFOOT, Malcolm Jarvis. *City Retail Structure*. In: readings in urban geography. H. M. Mayer e C.F. Kohn (org), Chicago. The University of Chicago Press, 1958.
- REIS, Luis Carlos Tosta dos. *Descentralização e desdobramento do Núcleo central de negócios na cidade capitalista: estudo comparativo entre Campo Grande e Praia do Canto na Grande Vitória-ES*. Rio de Janeiro. Tese (doutorado em Geografia): UFRJ, 2007.
- RIBEIRO FILHO, Vitor. *A configuração da Área central de Manaus e sua dinâmica recente*. Rio de Janeiro. Tese (doutorado em Geografia): UFRJ, 2004.
- RIBEIRO, William. *Para além das cidades: centralidade e reestruturação urbana em Londrina e Maringá*. Presidente Prudente. Tese (doutorado em Geografia): UNESP, 2006.
- SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Editora Stúdio Nobel, 1998.

SCOTT, Allen John.; et all. Cidades-regiões globais. *Espaço e debates*, nº 41, ano XVII, p 11-25. 2001.

SILVA, Oséias Teixeira da. *Centralidade e produção do espaço urbano em Alcântara – São Gonçalo (RJ)*. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Geografia): UFRJ, 2012.

SPOSITO Maria Encarnação Beltrão. *O chão arranha o céu: a lógica da (re) produção monopolista da cidade*. São Paulo. Tese (doutorado em Geografia): USP, 1991.

TOURINHO, Andréa de Oliveira. Centro e centralidade: uma questão recente. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (org.). *Geografia das metrópoles*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

VILAÇA, Francisco. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Editora Studio Nobel, 1998.

WHITACKER, Arthur Magon. *Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto*. Presidente Prudente. Tese (doutorado em Geografia): Unesp, 2003.